

Andima: mercado recusa-se a renegociar dívida pública interna

SÃO PAULO — As instituições financeiras entendem que não lhes cabe o papel de interlocutoras para negociar com o Governo qualquer solução para a dívida pública interna. Os bancos, por exemplo, respondem por apenas 10% das aplicações no **overnight**, intermediando o restante para toda a sociedade, disse ontem o Presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Marcos Jacobsen. Por isso, explicou ele, não são essas instituições que vão aceitar um alongamento do perfil da dívida ou substituir as atuais Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) por papéis públicos que reduzam os encargos do Governo.

O Presidente da Andima alertou ainda para a imprevisibilidade da reação dos investidores em geral caso o Governo imponha de forma compulsória medidas para resolver o endividamento, como ocorreu na Argentina. Entre as reações estará sem dúvida uma fuga em massa do **over**, agravando o quadro de uma hiperinflação.

Para Jacobsen, não é preciso fórmulas mirabolantes para reduzir os custos da dívida pública, entendendo que a credibilidade nos programas de ajuste econômico já será suficiente para o novo Governo alongar gradualmente a colocação de seus títulos no mercado. Citou que os prazos dos papéis públicos hoje são de 180 a 210 dias, mas que a população exige dos bancos intermediadores o giro diário dos investimentos devido à cautela em relação ao quadro econômico. Para o Presidente da Andima, a ciranda não é financeira, mas de incertezas, "e se o próximo Governo mostrar que a economia entrará nos eixos e a inflação é decrescente, poderá até pagar juros negativos para seus títulos, que serão bem aceitos".